

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Sinais

O discurso de Lula na convenção do PSB, em Brasília, foi recebido pelo Centrão — e por parte do União Brasil — como um sinal de que a conversa de não interferência na eleição do futuro presidente da Câmara é apenas retórica de candidato. O candidato falou em eleger uma grande bancada dos partidos de esquerda para “jogar fora o orçamento secreto”.

Noves fora...

A leitura de quem conhece o andar da carruagem do Parlamento é de que os partidos que hoje comandam a Casa não aceitarão devolver ao Executivo o poder sobre o Orçamento. Essa mesma turma também não confia no convite para Luciano Bivar concorrer à Presidência da Câmara.

Ser ou não ser

Os mais fiéis escudeiros de Bivar dizem que ele “muda de ideia a cada seis horas”, em relação à candidatura para presidente da República. A tendência é de que ele desista, mas até 5 de agosto, data da convenção, será difícil bater o martelo sobre o destino do União Brasil.

Esquecidos

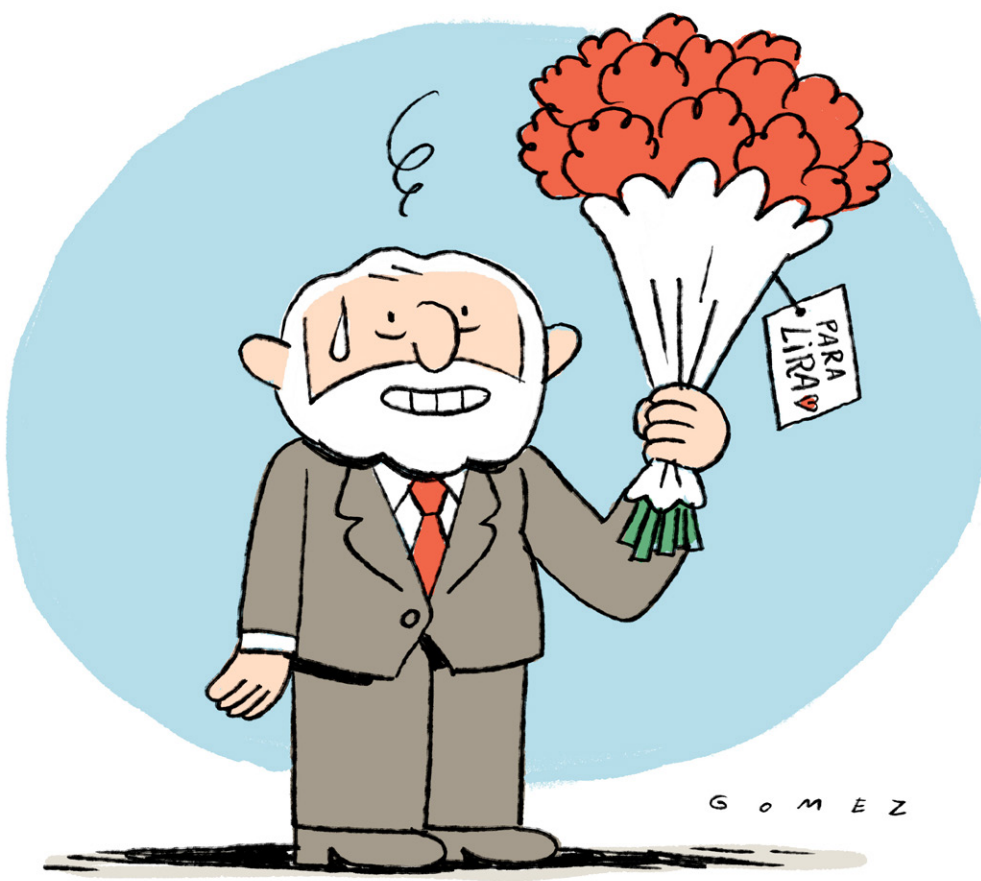
Lula tem se referido ao PAC, Programa de Aceleração do Crescimento, de seu governo, como o maior do país. Mas não diz que a “mãe do PAC” foi Dilma Rousseff e nem que o projeto sucedeu o Mãos à Obra Brasil, de Fernando Henrique Cardoso, que contém muitas obras do PAC. Para quem deseja abarcar apoios e unir o país, as referências são necessárias.

O que fez Lula mudar o discurso em relação a Lira

Para quem, há dois meses, classificava o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), como alguém que desejava ter tanto poder quanto o “imperador do Japão”, o presidenciável Luiz Inácio Lula da Silva agora é “paz e amor” com o deputado. E por um único motivo: o PT decidiu que, se Lula for eleito, precisará da reta final deste mandato de Lira para tratar de três pontos que considera fundamentais: o fim do teto de gastos, a promessa de Lula (e também de Bolsonaro) de manter o Auxílio Brasil de R\$

600 permanentemente e, ainda, aprovar o Orçamento de 2023 com um acordo de cavalheiros sobre o orçamento secreto, que o ex-presidente é contra.

Diante de temas tão urgentes, a avaliação é de que não dá para, desde já, brigar com o atual comandante da Câmara. E é nesse sentido que Lula também disse que não intercederá na disputa pela Presidência da Casa. É um gesto para tentar tirar Lira do palanque de Jair Bolsonaro (PL).



CURTIDAS

Surfou/ A perspectiva de Luciano Bivar desistir da candidatura para apoiar Lula levou o deputado João Roma (Republicanos-BA), candidato ao Palácio de Ondina, a ir para cima de ACM Neto (União Brasil) nas redes sociais. Ele colocou vários baianos dizendo que o apoio do partido de ACM Neto ao petista significa que não haverá mudança no governo local.

... e saltou fora/ Para muitos, os posts de Roma são um sinal de que, em caso de segundo turno na Bahia entre ACM Neto e o petista Jerônimo Rodrigues, ele deverá aproveitar para descansar.

Enquanto isso, em São Paulo.../ Lá, o União Brasil não quer saber de acordo com o PT. A ordem é seguir com Rodrigo Garcia, o governador que terá a candidatura à reeleição oficializada hoje.

Rovena Rosa/Agência Brasil



“Estamos juntos”/ O ex-governador de São Paulo, João Dória (foto), será a grande ausência na convenção do PSDB que lançará Garcia à reeleição ao Palácio dos Bandeirantes. Dória está nos Estados Unidos em compromissos empresariais, mas será homenageado com banners de agradecimento pela vacina contra a covid e outras ações de governo.

MILITARES

Compra da Marinha na mira

Relatório da área técnica do TCU pede esclarecimentos da força para o contrato de fornecimento do princípio ativo do Viagra

» TAÍSA MEDEIROS

A área técnica do Tribunal de Contas da União (TCU) elaborou um relatório no qual dá 15 dias de prazo para que o Laboratório Farmacêutico da Marinha (LFM) explique o contrato firmado com a indústria de produtos farmacêuticos EMS para o fornecimento de citrato de sildenafil, princípio ativo do Viagra — medicamento recomendado para a disfunção erétil. Foram adquiridas doses de 20, 25 e 50 miligramas, entre 2019 e 2022, com transferência de tecnologia.

“Não faz sentido a Marinha gastar milhões para receber a tecnologia de produção da EMS se o Exército já sabe produzir o medicamento, tanto que comprou o princípio ativo para isso. Não é verossímil a justificativa de transferência de tecnologia porque o Viagra, hoje, é um medicamento popular e com genéricos no mercado”, afirmou o deputado federal Elias Vaz (PSB-GO), que encaminhou a denúncia ao TCU.

No documento — que ainda precisa ser aprovado pelo relator do caso, ministro substituto Weder de Oliveira —, a equipe

técnica da Corte de contas pede que o LFM esclareça “qual o procedimento de contratação utilizado para a aquisição do medicamento, necessariamente abordando todos os eventuais contratos assinados para esse fim, a metodologia utilizada para a precificação do produto e a eventual transferência de tecnologia, bem como o encaminhamento da documentação comprobatória”. Solicita, ainda, informações sobre ações de controle e fiscalização para a compra do citrato de sildenafil produzida pela EMS.

O relatório do TCU também solicita que o Laboratório Químico e Farmacêutico do Exército (LQFEx) informe se produz ou está em vias de produzir o princípio ativo do Viagra. No relatório, a área técnica do TCU aponta que há indícios de irregularidades no contrato entre o LFM e a EMS, e recomenda abertura de procedimento investigativo.

“Direito”

Em maio, durante audiência das comissões de Fiscalização Financeira e Controle, e de Seguridade Social e Família da

Leopoldo Silva/Agência Senado



Ministro Weder de Oliveira é o relator do caso que envolve o LFM, mas ainda não deu sinal verde ao relatório

Câmara dos Deputados, o ministro da Defesa, Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, justificou que as compras de Viagra e de próteses penianas pelas Forças Armadas “atenderam todos os princípios de eficiência da Administração Pública”. Conforme disse aos parlamentares, “os militares, seus pensionistas e demais usuários

dos sistemas de saúde das Forças Armadas, têm direito a atendimento médico especializado. Assim, possuem acesso a consultas de qualidade e procedimentos médico, hospitalar e dentário, para o qual contribuem mensalmente, e coparticipam de despesas em caso de procedimentos, exames e internações”.

Foi o deputado Elias Vaz que denunciou as compras milionárias de Viagra e de próteses penianas pelo Exército e pela Marinha — e acionou o TCU para que fossem apurados indícios de superfaturamento de até 550% na obtenção dos dois produtos. De acordo com o parlamentar, houve três pregões para aquisição



Não faz sentido a Marinha gastar milhões para receber a tecnologia de produção da EMS se o Exército já sabe produzir o medicamento”

Deputado Elias Vaz (PSB-GO), autor da denúncia ao Tribunal de Contas da União

das próteses, com comprimento entre 10 e 25 centímetros, homologados em 2021, antes de Nogueira assumir o ministério.

No caso das próteses, os modelos fornecidos pelo SUS, maleáveis, custam cerca de R\$ 2 mil cada. Já as infláveis adquiridas pelos hospitais militares chegam a R\$ 60 mil a unidade.

FAKE NEWS

WhatsApp Comunidades só em 2023, propõe MPF

O Ministério Público Federal em São Paulo expediu recomendação para que o WhatsApp só implemente a funcionalidade Comunidades — que vai permitir que uma mensagem chegue a milhares

de usuários — no Brasil no início de 2023. Além disso, pede que a plataforma se abstenha, até o mesmo prazo, de adotar “qualquer outra medida que represente retrocesso” para a sua atual política de

enfrentamento à desinformação.

A Procuradoria deu 20 dias para que o WhatsApp se manifeste sobre recomendação. Em caso de negativa, o MPF pode acionar a Justiça para fazer valer as providências.

A plataforma já havia se comprometido publicamente, em abril, a adiar o lançamento das Comunidades até o segundo turno das eleições de outubro. No entanto, o MPF alerta que tal compromisso não impede que a

funcionalidade seja lançada logo após o pleito, sendo “importante reconhecer que fluxos organizados de desinformação sobre as instituições e os processos democráticos brasileiros podem ter efeitos especialmente graves para a integridade cívica do país”.

Assim, na avaliação da Procuradoria, o anúncio “não é suficiente para mitigar os riscos especialmente graves que um aumento de desinformação pode

gerar para as instituições e para a população do país nos últimos dois meses do ano”.

Ao contextualizar a recomendação, o MPF ressalta que, nos Estados Unidos, “fluxos de desinformação” após as eleições, com “dados falsos sobre a lisura daquele processo”, tiveram papel relevante em manifestações violentas, entre elas a invasão do Capitólio — o Congresso americano —, resultando na morte de

cinco pessoas. Os procuradores ponderam que o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Edson Fachin, já “externou preocupação com a possibilidade de um risco análogo — ou até mais grave — se concretizar este ano no Brasil”.

Por meio de nota, o WhatsApp anunciou que “seguirá avaliando de maneira cuidadosa e criteriosa o melhor momento para o lançamento dessa funcionalidade.”